

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

(Anexo II)

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

COMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD (262/2022)

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação.

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

Considerando que o DFD nº 11/2024 (1010428) registrado no sistema PGC não abarca todas as informações mínimas requeridas no parágrafo anterior, estas serão complementadas por meio dos tópicos a seguir.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto): CGST/STI

Responsável(eis) pela demanda

Nome: CLAUDIO AUGUSTO NOVAIS FERRAZ

Matrícula: 1148338

Cargo/Função: Coordenador-Geral de Governança e Serviços

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Subsecretaria de Tecnologia e Inovação (STI), estabelecida pelo Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023, desempenha um papel crucial na realização dos objetivos organizacionais do Ministério de Minas e Energia (MME). De acordo com o referido Decreto, em seu Art. 18, compete à Subsecretaria de Tecnologia e Inovação:

"I - definir as diretrizes e coordenar os projetos no âmbito das unidades do Ministério nos temas de governança de dados, inovação e transformação digital dos serviços públicos; e

II - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao Sisp, no âmbito do Ministério."

A atuação da STI vai além do suporte tradicional ao usuário e da manutenção de sistemas transacionais e na infraestrutura de bancos de dados. Atualmente, ela ocupa uma posição estratégica no MME, fornecendo governança das informações e integrando a estratégia de Tecnologia da Informação (TI) aos objetivos estratégicos do órgão. No âmbito da Administração Pública Federal, os gestores necessitam de soluções tecnológicas para implementar políticas públicas e serviços eficazes para a sociedade brasileira.

Com a recente instituição do Programa de Transformação Digital, conforme a Portaria nº 784/GM/MME de 6 de maio de 2024, o MME pretende promover a automação dos processos de trabalho e a digitalização dos serviços públicos por meio da adoção de tecnologias modernas, inovadoras e focadas na simplificação e melhoria da experiência dos usuários. Nesse contexto, é essencial que o MME tenha acesso a uma equipe de especialistas altamente qualificada, com conhecimento em diferentes áreas

de tecnologia da informação. Esses profissionais deverão ser capazes de avaliar as necessidades e desafios específicos do MME, fornecendo recomendações personalizadas e imparciais para a implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), alinhado ao planejamento estratégico do Ministério.

O monitoramento do mercado de fornecedores de tecnologia é complexo, com soluções que rapidamente se revezam como líderes de mercado. Melhorar as práticas de gestão e o processo de contratação, bem como obter acesso a estudos e análises sobre este mercado é crucial para atender à crescente demanda de execução de projetos estratégicos de forma eficaz.

A contratação dos serviços de aconselhamento imparcial em TI também trará benefícios em termos de economia de recursos e redução de riscos. Através de uma análise detalhada das opções disponíveis no mercado, sempre respeitando o critério de imparcialidade, fator chave para dar maior segurança jurídica ao processo de tomada de decisão em termos de investimentos em tecnologia e inovação.

É neste sentido que a STI busca obter acesso a serviços de aconselhamento imparcial em tecnologia, com objetivos de: acessar bases de conhecimento atualizadas sobre as melhores opções para cada tipo de solução, interpretar tendências de mercado, comparar tecnologias e fornecedores e pesquisar os preços mais competitivos e vantajosos para a administração pública. Esses serviços apoiarão a STI nas análises relacionadas às contratações e tomadas de decisão, contribuindo com uma aplicação efetiva dos recursos públicos.

Portanto, a contratação de um serviço de aconselhamento imparcial em tecnologia é essencial para apoiar a execução eficiente das contratações no MME, bem como garantir a utilização de tecnologias modernas, seguras e eficazes para a entrega de soluções. Figuram-se os seguintes objetivos nesta contratação:

- I) apoiar a STI/MME na implementação de melhorias na governança e projetos de tecnologia;
- II) prover acesso a informações técnicas, de forma rápida e atualizada;
- III) identificar oportunidades de inovações que resultem em benefícios e aprimoramento das áreas de negócio e dos resultados estratégicos;
- IV) reduzir o custo e o tempo necessário para contratações de produtos e serviços de tecnologia, bem como garantir a entrega de produtos e serviços eficazes;
- V) oferecer segurança e transparência no processo de decisão estratégica da área de tecnologia.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC) E PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

O Planejamento Estratégico Participativo 2024-2027 é uma das estratégias da atual gestão do Ministério de Minas e Energia, inserida na nova Política de Governança. Foi instituído pela Portaria Normativa nº 77/GM/MME, de 23 de maio de 2024. Esta demanda se alinha diretamente a cinco Processos Internos, contribuindo no alcance dos Objetivos Estratégicos e na execução da Missão, Visão e Valores do MME. A seguir, lista-se os Processos Internos alinhados a esta demanda:

I) Aprimorar a Gestão da Informação: O serviço oferecerá aos gestores de TIC do MME informações, estratégias e mecanismos para a organização, sistematização, disponibilização e disseminação de dados e informações, contribuindo para o aprimoramento da governança desses ativos no MME. A contratada deverá possuir expertise em segurança da informação, capaz de auxiliar a STI na promoção de ações para proteger os dados e informações produzidos e/ou mantidos pelo MME. Isso pode incluir a avaliação e implementação de soluções de segurança cibernética, políticas de proteção de dados, conscientização em segurança, entre outros, garantindo a integridade e confidencialidade das informações

do MME.

II) Modernizar a Infraestrutura Tecnológica: O serviço de aconselhamento imparcial e acesso amplo a uma base de conhecimentos, relatórios, análises e frameworks deverá auxiliar na identificação e implementação das melhores práticas e soluções tecnológicas para aprimorar a infraestrutura tecnológica do MME, garantindo que os recursos disponibilizados sejam os mais modernos, eficientes, seguros e alinhados aos líderes de mercado.

III) Aprimorar a Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida: Através de suas recomendações, o serviço de aconselhamento poderá auxiliar na implementação de ações que favoreçam a integração e o bem-estar dos colaboradores e servidores do MME, melhorando as práticas de gestão de pessoas na área de TIC e de negócio. A contratada deverá auxiliar na promoção de ações que aproximem a STI das áreas clientes, melhorando a comunicação, a resolução de problemas e a prestação de serviços. Através de seu aconselhamento imparcial, a contratada poderá ajudar a estabelecer uma parceria mais efetiva entre a STI e as áreas finalísticas, identificando oportunidades de colaboração e alinhamento estratégico para atender às necessidades do MME de forma mais eficiente.

IV) Promover a Otimização da Gestão Orçamentária e Financeira: Com sua expertise em análise de mercado e tecnologia, o serviço contratado poderá ajudar a identificar soluções tecnológicas eficientes e econômicas, contribuindo para o melhor uso dos recursos financeiros do MME. A aplicação das boas práticas de mercado também auxiliará o desenvolvimento de soluções e processos de maior qualidade, os quais auxiliarão na otimização da gestão orçamentária e financeira.

V) Promover a Inovação e a Transformação Digital: O acesso às bases de conhecimentos, relatórios, análises e frameworks é de suma importância para a implementação de uma Transformação Digital no MME. As recomendações que serão oferecidas por este serviço garantirão constante inovação nos processos e ferramentas tecnológicas adotadas no Ministério.

ALINHAMENTO AO ÚLTIMO PDTIC VIGENTE *			
ID	AÇÃO DO PDTIC	ID	META DO PDTIC
1	Executar o Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	Monitorar Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação
2	Efetuar prospecção e análise de novas tecnologias	2	Aumentar a implantação de novas tecnologias
3	Realizar atualização das aplicações e soluções de TI	3	Manter atualizadas as Aplicações e Soluções de TI

* Esta Subsecretaria de Tecnologia e Inovação - STI/SE informa que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da Pasta ainda se encontra em fase de elaboração, conforme os autos do processo 48330.000277/2023-21. Tratando-se de serviço estratégico para o Ministério, considerando o alinhamento ao último PDTIC vigente e sua inserção no Plano de Contratações Anual de 2024, denota-se que a necessidade deverá ser mantida no novo PDTIC.

ALINHAMENTO AO PCA 2025	
ID	DESCRIÇÃO
11/2024	Serviços de Aconselhamento Especializado de TIC

4. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO:

Contratação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação e comunicações, envolvendo apoio e aconselhamento a executivos e líderes de TIC, incluindo acesso a bases de conhecimentos sobre TIC e sobre o relacionamento entre TIC e negócio, bem como prognósticos (análises) e mentoring (aconselhamento) na área de Tecnologia da Informação e Comunicações - destinados aos níveis de atuação estratégica, tática (gerencial) e técnica.

5. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO:

Conforme as orientações da Secretaria de Gestão e Inovação - SEGES/MGI (Orientação nº 35 da SEGES/ME, disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/35-orientacao-sobre-procedimento-simplificado-para-estimar-o-valor-preliminar-da-contratacao-para-plano-de-contratacoes-anual>), a estimativa preliminar do valor da contratação foi realizada por meio de procedimento simplificado, considerando os preços de contratações públicas similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração, com o detalhamento das contratações apresentados no Anexo I.

Item	Descrição	FNDE (2023)	SRF (2023)	MPMT (2023)	CAIXA (2023)	DATAPREV (2023)	MÉDIA
1	Licença de Atuação Estratégica - Leader	R\$ 398.199,00	R\$ 373.900,00	R\$ 393.600,00	R\$ 399.300,00	R\$ 425.600,00	R\$ 398.119,80
2	Licença de Atuação Estratégica - Advisor	-	R\$ 136.700,00	-	R\$ 154.100,00	R\$ 168.626,20	R\$ 153.142,07

Desta forma, considerando a contratação de 1 (uma) licença do tipo *Leader*, direcionada para o cargo de Subsecretário de Tecnologia e Inovação, e 3 (três) licenças do tipo *Advisor*, direcionadas para os cargos de Coordenadores-Gerais desta Subsecretaria, o valor anual estimado para esta contratação é de **R\$ 857.546,01**

7. INDICAÇÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO, A FIM DE NÃO GERAR PREJUÍZOS OU DESCONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE;

Estima-se a conclusão desta contratação até 30 de Abril de 2025.

8. GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU DA CONTRATAÇÃO

Considerando se tratar de um serviço que auxiliará esta Subsecretaria com insumos que serão utilizados em contratações subsequentes, caracteriza-se **ALTO** grau de prioridade.

9. VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES:

Não possui vinculação ou dependência com outras contratações.

(Assinado eletronicamente)

CLAUDIO AUGUSTO NOVAIS FERRAZ

Coordenador-Geral de Governança e Serviços de Tecnologia



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Augusto Novais Ferraz**, Coordenador(a)-Geral de Governança e Serviços de Tecnologia, em 30/01/2025, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0916731** e o código CRC **3A43004B**.

Referência: Processo nº 48340.000908/2023-93

SEI nº 0795001